

ESCUTAS SOCIEDADE CIVIL PARTE 2 – PNAB 2024

GOVERNO DO ESTADO AMAZONAS

FUNDO ESTADUAL DE CULTURA

MINUTA

1 **ATA DO 9º DIA DE ESCUTAS DA SOCIEDADE CIVIL PARTE PARA**
2 **ELABORAÇÃO DO PAAR – PNAB 2024.** Aos 14ª (decimo quarto) dias do mês de
3 Junho de 2024, às 17:00h, reuniram-se, de forma presencial e virtual no Cine Teatro
4 Guarany, cito Av. Sete de Setembro - Centro, Manaus - AM, 69010-005, conforme
5 divulgação em redes sociais e no Portaldoam publicada no dia 05/06/2024, sob
6 coordenação dos assessores **ANNE Paiva de Alencar (SEC)**, **Maria LUCIANE**
7 **Coêlho Ituassú da Silva (SEC)** e **THIAGO Hermido da Silva (SEC)** e tendo como
8 secretária a colaboradora **VANUZA da Silva Santos (CONEC)** e o colaborador **LAÍS**
9 **Bivar (Economia Criativa)**. O encontro contou com a presença nos termos da lista
10 anexa de participantes presentes e virtuais, os quais participaram pelo aplicativo
11 Teams (via link distribuído via redes) ou pelo Youtube (via canal “culturadoam”). Tema
12 da reunião: **AUDIOVISUAL**. Na reunião, Anne Paiva iniciou sua fala com uma
13 saudação cordial, apresentando-se em seguida como Assessora de Políticas
14 Culturais da Secretaria de Cultura. Descreveu-se como uma mulher branca de
15 estatura média, aproximadamente 1,60m, com tatuagens e cabelo curto e loiro.
16 Estava vestida com um vestido branco e vermelho, além de sapatilhas. Dirigiu-se à
17 frente da sala, mencionando que alguns presentes já poderiam conhecê-la. Antes de
18 prosseguir, Anne fez uma pergunta aos presentes sobre o conhecimento da política
19 nacional Aldir Blanc, indagando quem ali não estava familiarizado com ela ou estava
20 ouvindo sobre ela pela primeira vez. Após confirmar que todos estavam cientes da
21 lei, ela destacou que poderiam partir do pressuposto de um entendimento geral sobre
22 o tema. A política nacional Aldir Blanc envolve um repasse de recursos do governo
23 federal para os estados e municípios a fim de executar ações específicas. O montante
24 total repassado pela União é de 3 milhões de reais. Ela mencionou que o Amazonas
25 está recebendo aproximadamente 65 milhões de reais, incluindo os municípios e o
26 estado. Para o Fundo Estadual de Cultura, foi destinada a quantia de 38.498.834
27 reais, que será distribuída conforme detalhes adicionais futuros. Hoje, será discutido
28 especialmente o foco nas ações de fomento cultural, que representam a maior parte
29 dos recursos disponíveis, cerca de 67% do total. Anne Paiva enfatizou que todas as
30 categorias de artistas têm a oportunidade de concorrer, desde que atendam aos
31 requisitos mínimos para as seleções de pontos de cultura, pontões de cultura e
32 subsídios, além da manutenção de espaços e organizações culturais. Ela destacou
33 que o diálogo com os presentes revelou um grande interesse em realizar ações de
34 fomento e projetos culturais, inclusive bolsas e cursos. Por isso, houve um foco maior
35 nessas áreas durante a discussão. Mencionou também que no final de maio foram
36 realizadas escutas específicas sobre subsídios, manutenção de espaços e as ações

37 do programa Cultura Viva, que incluem os pontos e pontões de cultura. Caso haja
38 alguma dúvida específica sobre esse tema, sugeriu marcar uma nova reunião
39 separadamente. Ela explicou que os segmentos, como o audiovisual, possuem
40 legislações e tratamentos por edital distintos, sendo interessante separar as
41 discussões conforme as diferentes porcentagens de valor destinadas a cada área.
42 Dirigiu-se então aos presentes ligados ao setor audiovisual, reconhecendo a estrutura
43 robusta desse segmento. Ela manifestou a expectativa de que muitos já possuíssem
44 ideias preliminares ou projetos organizados para submeter aos editais. Enfatizou que
45 é importante lembrar a todos os presentes sobre as possibilidades que o recurso de
46 fomento cultural da política nacional Aldir Blanc oferece. Ela destacou que é viável
47 realizar uma ampla gama de atividades, incluindo aquisição de obras, digitalizações,
48 criação de conteúdo digital como jogos eletrônicos, filmes e vídeos, além de
49 bolsas, pesquisa, residências artísticas, estudos, ações de especialização e
50 profissionalização. Mencionou também a realização de ações de circulação e
51 manutenção de público. Comparou essas possibilidades com outros editais,
52 ressaltando que na política nacional Aldir Blanc também é possível realizar essas
53 diversas iniciativas culturais e artísticas. Enfatizou a importância de lembrar a todos
54 os presentes sobre as amplas possibilidades proporcionadas pelo recurso de fomento
55 cultural da política nacional Aldir Blanc. Ela destacou que é viável executar uma vasta
56 gama de atividades, desde a aquisição de obras e digitalizações até a criação de
57 conteúdo digital como jogos eletrônicos, filmes e vídeos. Além disso, mencionou
58 que o financiamento também cobre bolsas, pesquisa, residências artísticas, estudos,
59 ações de especialização e profissionalização, assim como ações de circulação e
60 manutenção de público. Fez questão de ressaltar que, assim como em outros editais,
61 a política nacional Aldir Blanc oferece suporte para a realização de diversas
62 iniciativas. Estabeleceu algumas diretrizes gerais tanto da legislação quanto da
63 dinâmica da reunião. Ela solicitou que os participantes levantassem a mão para se
64 manifestar e aguardassem a chegada do microfone, pois havia colegas participando
65 remotamente. Enfatizou a importância de utilizar o microfone para garantir que todos
66 pudessem ouvir. Além disso, ela pediu que cada intervenção fosse limitada a até 3
67 minutos. Após cada participação, solicitou que os presentes aguardassem que todos
68 falassem antes de se manifestar novamente, para evitar repetições e garantir uma
69 participação mais equilibrada na discussão. Também fez um pedido aos participantes
70 para que evitassem comentários que violassem os direitos humanos dos colegas. Em
71 seguida, ela direcionou a discussão para os pontos listados no quadro, focando nas
72 diretrizes atuais da política nacional Aldir Blanc em relação aos editais de fomento
73 cultural. Explicou que há restrições específicas quanto à elegibilidade para
74 proponentes nos editais. Segundo as diretrizes vigentes, não é permitido que
75 funcionários da Secretaria de Cultura, da Agência Amazonense de Desenvolvimento
76 Cultural (AACD), conselheiros do Conselho Estadual de Cultura ou membros das
77 comissões de seleção participem como proponentes nos editais. Além das restrições
78 mencionadas, acrescentou que os proponentes dos editais também devem ser
79 residentes no estado do Amazonas e estar cadastrados no cadastro estadual de
80 cultura. Ela supôs que a maioria dos presentes já estivesse cadastrada, mas ofereceu
81 um espaço para dúvidas sobre o cadastro. Enfatizou que estão em processo de
82 atualização de documentações do cadastro, o que ocorre tipicamente na fase pré-
83 edital. Ela orientou os participantes a revisarem seus currículos, portfólios artísticos e
84 comprovantes de residência para garantir que estejam atualizados no cadastro. Anne
85 também mencionou que poderiam ser contatados para atualizações necessárias
86 antes do período de inscrição nos editais. Destacou a facilidade no processo de

87 abertura de contas bancárias para os beneficiários dos recursos da política nacional
88 Aldir Blanc. Em parceria com o Banco do Brasil, as contas serão abertas
89 automaticamente, eliminando a necessidade de os proponentes realizarem esse
90 procedimento manualmente. Ressaltou que essa mudança visa simplificar o processo
91 para todos os envolvidos no estado do Amazonas. Explicou que a execução do
92 projeto cultural só poderá iniciar após os proponentes comparecerem ao banco com
93 a documentação original necessária. Embora a conta seja aberta automaticamente,
94 é essencial que os beneficiários apresentem os documentos originais para que o
95 banco possa tornar a conta ativa e movimentável. Passou então a palavra para Rosa
96 Malagueta, indicando que ela tinha uma pergunta para fazer. **Rosa Malagueta** fez
97 sua pergunta sobre a necessidade de abrir uma nova conta no Banco do Brasil para
98 receber os recursos da política nacional Aldir Blanc, mesmo já tendo uma conta no
99 banco. **Anne Paiva** explicou que, mesmo que a pessoa já tenha conta no Banco do
100 Brasil, será aberta automaticamente uma conta específica para receber os recursos
101 da política nacional Aldir Blanc. Ela comparou esse procedimento com fluxos
102 existentes em outras ações, como associações e prefeituras que recebem
103 transferências voluntárias, as quais exigem contas específicas para cada recurso
104 recebido. Esclareceu que essa conta não terá custos de manutenção, além de contar
105 com todas as isenções pertinentes e um rendimento automático, conforme o acordo
106 estabelecido com o Banco do Brasil. Ao final do projeto, após o uso completo dos
107 recursos, a conta será fechada automaticamente. **Rosa Malagueta** fez uma
108 observação sobre já possuir uma conta da Lei Rouanet Norte. **Antônio Carlos Jr.**
109 perguntou se a conta para recebimento dos recursos da política nacional Aldir Blanc
110 será aberta no mesmo CPF. **Anne Paiva** explicou que a conversa com o Banco do
111 Brasil definiu que haverá uma agência específica para todos os beneficiários da
112 capital, Manaus, e que cada região interiorana será direcionada para uma agência
113 correspondente. Ela reconheceu as dificuldades logísticas e por isso os projetos não
114 iniciarão automaticamente. Destacou que será dado um prazo para que os
115 beneficiários se desloquem até as agências específicas para apresentar a
116 documentação necessária. Ela sugeriu que essas informações sejam incluídas nos
117 projetos, permitindo que os proponentes que residem em áreas onde não há agências
118 do Banco do Brasil possam incluir no orçamento os custos de deslocamento para
119 municípios onde há uma agência, onde poderão ativar suas contas. **Paulo Jr.**
120 contribuiu com uma sugestão durante a conversa. Ele mencionou que há regiões no
121 interior do Amazonas que não possuem agências do Banco do Brasil, mas que têm
122 presença do Bradesco e, agências da Caixa Econômica Federal que estão sendo
123 estabelecidas. Sugeriu que também seja negociada com o Bradesco a possibilidade
124 de utilização de suas agências para o recebimento dos recursos da política nacional
125 Aldir Blanc. **Anne Paiva** mencionou que as tratativas com os bancos, incluindo o
126 Banco do Brasil, já estavam em andamento desde a época da Lei Aldir Blanc (LPG).
127 Ela destacou que obtiveram um aceno positivo do Banco do Brasil, o qual facilitará o
128 processo por ser o banco utilizado para receber recursos federais em todo o país.
129 Isso significa que o Banco do Brasil está preparado para realizar as transferências
130 necessárias relacionadas à execução da política nacional Aldir Blanc de forma
131 facilitada. **Anne Paiva** respondeu a Rosa Malagueta, mencionando que, na verdade,
132 há polos próximos em várias regiões, apesar de não haver agências em todos os
133 interiores. Ela explicou que existem polos dentro de cada região fluvial do estado, o
134 que facilita o acesso para os beneficiários da política nacional Aldir Blanc.
135 Compartilhou uma mensagem do senhor Orange de Tefé, indicando que é importante
136 entrar em contato com as agências do interior devido às taxas cobradas pelos bancos

137 e às dificuldades encontradas com o Banco do Brasil, que não está seguindo as
138 normas dos editais conforme o esperado. **Anne Paiva** continuou explicando que o
139 objetivo da parceria entre a Secretaria de Cultura e o Banco do Brasil é garantir que
140 as contas sejam abertas conforme as normas estabelecidas pela política nacional
141 Aldir Blanc. Ela destacou que, ao abrir a conta através dessa parceria, há um respaldo
142 mais seguro, pois a abertura é baseada em um acordo mútuo entre ambas as partes.
143 Enfatizou que, caso haja alguma cobrança indevida ou problema com as contas, os
144 beneficiários podem entrar em contato com eles para assistência ou denúncia. A
145 Secretaria se compromete a resolver essas questões. Ela reconheceu as dificuldades
146 que pessoas físicas enfrentam ao abrir uma nova conta bancária, especialmente
147 quando já possuem uma, mesmo que a legislação exija uma conta específica para
148 cada projeto contemplado. Um outro ponto de atenção em relação à política nacional
149 Aldir Blanc é a continuidade das políticas afirmativas. Em 2023, pela primeira vez, foi
150 realizada de forma inovadora editais com cotas com reserva de vagas. Anteriormente,
151 já haviam trabalhado com cotas para beneficiar regiões do interior aqui no estado.
152 Explicou que anteriormente já haviam adotado pontuações diferenciadas para
153 atividades realizadas no interior, mas foi em 2023 que implementaram cotas
154 reservadas de vagas pela primeira vez. Essa medida ampliou significativamente o
155 acesso aos editais de políticas culturais para uma variedade maior de pessoas, tanto
156 em nível estadual quanto municipal. A iniciativa foi um facilitador para permitir que
157 mais indivíduos participassem dos editais, especialmente aqueles que anteriormente
158 enfrentavam dificuldades para acessar esses recursos. informou que a política de
159 cotas está sendo mantida na política nacional Aldir Blanc. Atualmente, segundo a
160 instrução normativa, as cotas são de 25% para pessoas negras, 10% para pessoas
161 indígenas e 5% para pessoas com deficiência (PCD). Essas cotas foram discutidas
162 inicialmente em maio, durante as primeiras rodadas de escutas realizadas.
163 Mencionou que houve uma proposta da sociedade para aumentar a cota destinada
164 às pessoas indígenas de 10% para 25%, e que houve valorização por parte das
165 pessoas negras. Essas três cotas básicas estão estabelecidas em várias áreas e
166 discussões dentro da política nacional Aldir Blanc. Destacou que há também a
167 possibilidade de criar mais reservas de vagas ou implementar pontuações
168 diferenciadas para certas questões nos editais. Ela encorajou os participantes a
169 manifestarem interesse nesse sentido. Como exemplo, mencionou que no setor
170 audiovisual do estado houve uma reserva de vagas para pessoas trans. Anne
171 enfatizou que, para manter e continuar com políticas afirmativas e não retroceder, é
172 importante que os interessados se manifestem e participem ativamente nesse
173 processo. **Ana Claudia Mota**, expressou sua contribuição sobre a questão das cotas,
174 especialmente em relação ao estudo em andamento para aumentar a cota destinada
175 aos indígenas. Ela mencionou a existência de um edital específico planejado para
176 indígenas, trans e LGBT. Sobre o aumento da cota para indígenas, afirmou ter uma
177 sugestão a ampliar para outra área. sugeriu que a Secretaria de Cultura deveria focar
178 nas demandas reais ao discutir o aumento das cotas, considerando que o cadastro já
179 possui informações sobre autoidentificação étnico-racial (brancos, pretos, pardos,
180 indígenas). Ela destacou a importância de verificar a demanda antes de decidir sobre
181 o aumento das cotas. Mencionou que, em suas experiências em reuniões na
182 prefeitura de Manaus, notou que algumas cotas destinadas aos indígenas não foram
183 procuradas, o que sugere a necessidade de avaliar cuidadosamente a aplicabilidade
184 e o interesse nessas políticas antes de implementá-las ou aumentá-las. A sugestão é
185 considerar as peculiaridades regionais ao discutir o aumento das cotas para
186 indígenas. Por exemplo, em locais como São Gabriel da Cachoeira, onde a maioria

187 da população é indígena, pode ser mais relevante aplicar uma cota maior do que na
188 capital, Manaus, onde a proporção é diferente. Propôs que dentro de um edital único,
189 seja possível diferenciar as cotas, aumentando para 25% para indígenas no interior e
190 mantendo 10% para a capital. Ela mencionou a importância de analisar os dados
191 disponíveis para entender a demanda real e ajustar as políticas de forma apropriada.
192 Mencionou que participou online de uma reunião das artes cênicas e compartilhou
193 sua opinião sobre a necessidade de realizar um estudo mais aprofundado sobre a
194 demanda específica de diferentes áreas artísticas, como teatro, circo e dança. Ela
195 questionou quantos artistas estão atuando em cada uma dessas áreas e sugeriu que
196 a distribuição de recursos seja feita com base nessa análise. Expressou preocupação
197 com o método de distribuição igualitária de recursos que, segundo ela, foi discutido
198 na reunião. Ela destacou a importância de entender as necessidades específicas de
199 cada segmento artístico para garantir uma distribuição mais eficiente e justa dos
200 recursos disponíveis. Enfatizou a importância de considerar as diferentes realidades
201 e demandas específicas de cada segmento artístico, como teatro, circo, dança e
202 outras áreas das artes cênicas. Ela destacou que é essencial realizar um estudo
203 detalhado sobre o número de artistas atuantes em cada categoria, para garantir uma
204 distribuição de recursos mais adequada e justa com base nessas informações.
205 Também mencionou a Lei Paulo Gustavo, sugerindo que muitos artistas que
206 trabalham em múltiplas linguagens, como ela e Rosa Malagueta, podem ter migrado
207 para o audiovisual devido à sua experiência prévia. Ela compartilhou sua própria
208 trajetória, trabalhando desde os 17 anos como atriz e, desde 2020, também como
209 produtora e diretora de audiovisual. Argumentou que não se pode usar a procura no
210 edital da Lei Paulo Gustavo como referência, pois a maior parte dos recursos foi
211 destinada ao audiovisual. Ela destacou que muitos artistas que trabalham com
212 múltiplas linguagens optaram por esse segmento devido às oportunidades
213 disponíveis. Sugeriu que a Secretaria de Cultura utilize o cadastro existente, onde os
214 artistas se identificam com uma área específica, para analisar e considerar as
215 demandas e o número de artistas em cada categoria. Essa análise detalhada
216 permitiria uma divisão mais justa e igualitária dos recursos entre os diferentes
217 segmentos artísticos. **Ane Patrícia**, residente no município de Tefé, de estatura 1,56
218 m e vestindo calça bege e blusa do projeto, levantou uma questão sobre sua
219 experiência como contemplada pelo projeto Segunda Mostra de Cinema do Médio
220 Solimões pela Lei Paulo Gustavo (LPG). Ela destacou uma grande dificuldade
221 enfrentada atualmente no interior, relacionada aos serviços bancários. Observou que
222 conforme as regras do edital, não era permitida a retirada direta do dinheiro, sendo
223 necessário realizar todas as movimentações através da conta bancária. Além disso,
224 ela ressaltou que muitos artistas do interior não possuem PIX e enfrentam sérios
225 problemas com a qualidade limitada da conexão à internet na região. Sugeriu que no
226 próximo edital seja buscada uma solução em conjunto com os beneficiários e os
227 bancos locais para facilitar o processo, considerando as dificuldades enfrentadas,
228 como a impossibilidade de utilização do PIX e a resistência dos bancos em respeitar
229 as operações necessárias para a execução dos projetos culturais. Ela ressaltou a
230 importância de encontrar alternativas viáveis para garantir a eficiência e a
231 acessibilidade no acesso aos recursos disponibilizados pelo edital. Relatou que
232 quando chegaram ao banco, foi informado pelo funcionário que não havia uma conta
233 específica para receber os recursos federais. Posteriormente, descobriu-se que
234 houve um equívoco por parte de uma pessoa, cujo nome não pode ser mencionado
235 por questões éticas. Essa pessoa estava realizando uma busca ativa no município e
236 acabou fornecendo informações incorretas. Como resultado, alguns artistas

237 acabaram realizando a retirada dos recursos com base nessas informações. Um
238 conselheiro presente em outra reunião também mencionou estar ciente desse
239 problema. Não se sabe ao certo se isso forneceria algum respaldo para os artistas
240 que fizeram a retirada no município. Informou que houve uma divergência onde
241 alguém da Secretaria, que foi até Tefé, acabou por confundir a opinião de alguns
242 artistas locais. **Anne Paiva** reconhece que em algumas ocasiões durante as reuniões,
243 especialmente ao se referir a certas questões, precisa também fazer uma autocrítica.
244 Ao mencionar regras e realidades que são mais comuns na capital, ela entende que
245 essas podem ser bastante diferentes da realidade encontrada no interior. Anne
246 destaca que há uma distinção importante nesse sentido. Geralmente, para aqueles
247 que vivem na capital, não é permitida a retirada total dos recursos devido à facilidade
248 de uso do Pix, uma vez que a maioria das pessoas com quem irão contratar possui
249 essa opção de pagamento disponível. Explicou que no interior, algumas adaptações
250 podem ser feitas conforme a legislação permite. Por exemplo, é viável retirar o recurso
251 se nenhum dos trabalhadores envolvidos tiver conta bancária. Nesse caso, pode-se
252 emitir um recibo manual para comprovação, indicando quem recebeu o valor e
253 assinando como prova da transação. Ela destacou que, conforme os editais da Lei
254 Paulo Gustavo e os novos da PNAB, a prestação de contas financeira não será
255 inicialmente exigida. A solicitação ocorrerá somente se a pessoa não conseguir
256 comprovar integralmente a execução do projeto. Explicou que no contexto do interior,
257 é possível fazer adaptações conforme permitido pela legislação. Por exemplo, se
258 nenhum dos trabalhadores envolvidos no projeto tiver conta bancária, é viável efetuar
259 a retirada do recurso. Nesse caso, um recibo manual pode ser utilizado como
260 comprovação, detalhando quem recebeu o valor e sendo assinado como prova da
261 transação realizada. Ela ressaltou que nos editais da Lei Paulo Gustavo e nos novos
262 da PNAB, inicialmente não será exigida uma prestação de contas financeira completa.
263 Essa exigência será feita apenas se a pessoa não conseguir demonstrar
264 integralmente a execução do projeto. **Paulo Dessana** relatou que é de São Gabriel
265 da Cachoeira, onde a população é predominantemente indígena, chegando a 95%.
266 Ele destacou que, em Manaus, existem dois grandes bairros compostos apenas por
267 indígenas, mas nem todos são artistas. Mencionou seu envolvimento no movimento
268 indígena e observou que muitos indígenas estão cada vez mais se envolvendo nas
269 artes, como grafite, fotografia e cinema, mostrando um crescimento na demanda por
270 essas expressões artísticas tanto na capital quanto nos interiores. Informou que não
271 pôde comparecer à reunião anterior, mas destacou rapidamente suas preocupações.
272 Ele mencionou que, como residente de São Gabriel, observou que o edital local
273 realizou apenas um dia de escuta, resultando em um processo que pareceu ser
274 baseado em "copia e cola", com poucas adaptações além da mudança do nome do
275 município, isso tornou o edital excessivamente burocrático. Embora seja razoável
276 solicitar um currículo, o edital exigia que os artistas já estivessem cadastrados, o que
277 pode ser difícil para aqueles que residem em comunidades remotas, distantes até três
278 dias da cidade. Ele mencionou ter conduzido várias oficinas na região, onde muitos
279 artistas estão envolvidos em atividades como filmagem e fotografia, além de 60 jogos
280 comunicadores locais. Paulo destacou a falta de clareza do edital, que apenas
281 mencionava a necessidade de cadastro na Secretaria de Cultura, sem especificar um
282 endereço ou localização precisa. Destacou a necessidade de tornar os editais menos
283 burocráticos durante a reunião, enfatizando a dificuldade enfrentada ao tentar realizar
284 pagamentos usando Pix em comunidades remotas como em São Gabriel. Ele relatou
285 sua experiência ao gravar uma série em uma comunidade do outro lado do rio, onde
286 muitos residentes mais velhos não possuíam conta bancária ou Pix. Paulo teve que

287 transferir dinheiro para duas contas diferentes para efetuar os pagamentos,
288 documentando tudo com recibos e cópias de identidade. Ele argumentou que é crucial
289 simplificar os processos para facilitar o pagamento de artistas nessas comunidades.
290 Além disso, Paulo mencionou o crescimento da produção artística em Manaus, com
291 dois grandes polos indígenas emergindo na cidade. **Anne Paiva** mencionou que a
292 reunião específica dos povos indígenas ocorreu no dia anterior, onde foram discutidos
293 o edital voltado para povos indígenas e as cotas destinadas a esse grupo. Ela
294 destacou a importância do comentário anterior sobre os artistas indígenas, pois o
295 governo federal também reconhece as práticas culturais dessas comunidades,
296 permitindo diversas ações que se enquadram nos editais. **Ana Claudia** reforçou a
297 importância de trabalhar com base nas demandas identificadas nos cadastros
298 realizados na Secretaria. Ela destacou a necessidade de realizar um levantamento
299 detalhado dessas demandas dentro do cadastro existente. Concordou que cabe aos
300 envolvidos na elaboração da política, tanto os presentes na reunião quanto o poder
301 público, pensar a longo prazo, dado que se trata de uma política com vigência de
302 cinco anos. Quanto aos municípios e ao poder público nos estados, enfatizou a
303 necessidade de atender essas demandas específicas e ampliar o acesso à
304 informação sobre as leis e editais disponíveis para os artistas. Ela observou que
305 muitos artistas desconhecem a existência dessas oportunidades e não sabem como
306 acessar os editais. Ressaltou a importância de garantir que os artistas sejam
307 capacitados para compreender e participar efetivamente dos processos, evitando que
308 apenas intermediários se beneficiem em detrimento dos próprios artistas. Ela
309 enfatizou que, ao longo dos próximos cinco anos, é crucial implementar mecanismos
310 para alcançar e apoiar essas pessoas, que estão nas comunidades e lutam para fazer
311 suas artes reconhecidas devido à falta de informação e acesso às políticas públicas
312 pertinentes. **Anne Paiva** destacou a importância dos critérios de acessibilidade na
313 PNAB, visando possibilitar o acesso cultural para aqueles que enfrentam dificuldades
314 nesse sentido. Ela lembrou que nos editais da Lei Paulo Gustavo (LPG), era
315 necessário prever uma porcentagem do orçamento para ações de acessibilidade, e
316 na PNAB essa exigência também será presente. No entanto, ainda não está claro se
317 será uma porcentagem do valor global recebido ou o número de ações de
318 acessibilidade dentro do projeto. Essa questão está em discussão, aguardando novas
319 instruções normativas que possam esclarecer esse ponto. Mencionou que durante a
320 implementação da LPG, surgiram novas normativas no meio do caminho, e espera-
321 se que o mesmo possa ocorrer com a PNAB. Ela ressaltou a importância de decidir
322 em conjunto com os proponentes e observou que há uma reserva de 5% para
323 proponentes que são pessoas com deficiência, permitindo que também possam
324 propor projetos nos editais. **O conselheiro Pedro Cacheado** se apresentou durante
325 a reunião, pedindo desculpas pelo atraso e explicando que estava discutindo ideias
326 com o secretário. Ele é um homem branco, com cabelo ralo que está começando a
327 ficar careca, cabelos pretos, vestindo uma camisa xadrez preta, branca e cinza, junto
328 com uma calça jeans cinza. **Anne Paiva** deu continuidade à discussão com a PNAB,
329 destacando sua política de continuidade que implica um repasse de recursos do
330 governo federal para estados e municípios ao longo de 5 anos. Durante a reunião, ela
331 enfatizou a importância de implementar essa política em todo o Brasil, discutindo
332 ideias com representantes do governo federal. Anne expressou sua preocupação com
333 o futuro da classe artística e cultural do estado, questionando o que melhorará nos
334 próximos 5 anos. Ela citou o exemplo do setor audiovisual, mencionando a
335 possibilidade de aumento de cursos e melhoria de currículos, além do crescimento no
336 número de produtores audiovisuais estaduais. Anne destacou que, durante o fórum,

337 foi observado um movimento ascendente desde a Lei Paulo Gustavo, que resultou
338 em um significativo repasse de recursos para o setor. mencionou que tem observado
339 um aumento significativo na produção de longas-metragens, videoclipes e séries em
340 seu estado, algo que talvez nunca tenha sido visto antes. Ela destacou que o mercado
341 audiovisual está bastante aquecido, mas questionou o que ainda falta para os
342 profissionais do setor. Anne sugeriu que este é o momento ideal para refletir sobre as
343 prioridades dentro do repasse de recursos para o audiovisual. Ela mencionou que
344 algumas áreas estão priorizando ações formativas, permitindo que as pessoas se
345 qualifiquem no primeiro ano para realizar mais ações nos anos seguintes. No entanto,
346 Anne ressaltou que o desejo é focar mais na produção, como a criação de videoclipes
347 e outros projetos que possam não ter sido abordados pela Lei Paulo Gustavo (LPG).
348 Ela enfatizou a importância de identificar os interesses dos presentes para garantir
349 uma continuidade efetiva e não apenas ações pontuais ao longo dos próximos cinco
350 anos. Explicou que sempre realizam ações de busca ativa, dado que trabalham em
351 todo o estado, não apenas na capital. Ela mencionou que embora haja um foco maior
352 em atividades na capital, também são feitas ações informativas e de capacitação no
353 interior, ainda que de forma mais moderada. Com a implementação da PNAB,
354 destacou que haverá uma reserva de 5% do recurso total destinada a ações de
355 manutenção e administrativas pelos estados ou municípios. Esse recurso será
356 utilizado para fortalecer a busca ativa, além de promover ações de formação e
357 capacitação tanto na capital quanto no interior do estado, que considera ser uma
358 necessidade prioritária no momento. É interessante mencionar que a PNAB destina
359 uma porcentagem dos recursos para ações em áreas periféricas. Destacou que já
360 estão debatendo sobre normativas do MinC para definir o que constitui áreas
361 periféricas, considerando que o estado do Amazonas é visto como periférico em
362 relação ao resto do Brasil. Ela levantou questões sobre como será feita essa definição
363 dentro do Amazonas, abrangendo municípios do interior e áreas específicas dentro
364 de cada cidade. Enfatizou que esse é um ponto em discussão, incluindo a distinção
365 entre áreas periféricas já existentes e como essa definição será aplicada. Os assuntos
366 que foram planejados para essa discussão incluem: Objeto e modelo dos editais.
367 Critérios de participação nos editais. Forma de avaliação dos projetos. Além disso, foi
368 mencionado um questionário para ser preenchido de forma individual, visando
369 possibilitar manifestações pessoais que podem não ser expressas no contexto
370 coletivo da reunião. Observou que havia 21 participantes conectados. Ela explicou
371 que, devido a uma nova parceria com o banco, não haverá mais restrições na
372 movimentação dos recursos, permitindo depósito bancário, transferência, Pix, entre
373 outras formas cabíveis. Anne destacou a importância de considerar as dificuldades
374 no interior do estado, onde algumas pessoas podem enfrentar dificuldades com
375 transferências bancárias devido à falta de conta bancária. Nestes casos, ela sugeriu
376 a possibilidade de retirada do recurso e a assinatura de um recibo como comprovante
377 de pagamento. Como mencionado anteriormente, foi observado que a maioria dos
378 artistas em Manaus utiliza Pix para transações. Em relação aos módulos dos editais,
379 os participantes já têm experiência prévia com os modelos de editais da Secretaria
380 de Cultura. Ao longo dos anos desde 2019, foram utilizados três tipos diferentes de
381 editais. O primeiro tipo começa pela base, abrangendo diferentes linguagens
382 artísticas, como artes cênicas, audiovisual, música e dança, reservando uma parte
383 dos recursos para cada uma delas. Uma outra possibilidade utilizada no Amazonas
384 Criativo, em 2021, foi a divisão dos recursos do edital por diferentes tipos de ações:
385 formação, produção e circulação, sem necessariamente vincular a linguagem
386 artística. Além disso, é possível combinar essas categorias. No caso do audiovisual,

387 por exemplo, reservam-se recursos para produção, circulação e criação ou
388 manutenção de plateia. Essa abordagem flexível tem sido implementada desde cerca
389 de uma semana atrás. Relatou que tem muitas áreas que estão preferindo repassar,
390 botar algumas vagas para umas e outras para outra ação e não deixar livre. Mas isso
391 fica a critério. Além disso, uma possibilidade adicional é estruturar os editais por
392 módulos financeiros, onde se define um valor mínimo e máximo, e os proponentes
393 devem elaborar seus projetos dentro desse intervalo. Por exemplo, no caso de um
394 edital cultural específico, foi estabelecido um valor total de 1 milhão de reais, e os
395 proponentes podiam indicar quanto precisavam dentro desse limite, justificando seus
396 orçamentos. Se aprovado, o projeto receberia o valor solicitado com base na
397 avaliação do projeto. Essa flexibilidade permite que os proponentes ajustem suas
398 propostas de acordo com suas necessidades específicas, o que pode variar de
399 equipamentos específicos a outros investimentos necessários para a realização do
400 projeto. **Carlos Barbosa** mencionou que é favorável a um esquema de modulação
401 financeira para os critérios de participação nos editais, similar ao que foi discutido em
402 reuniões anteriores. Ele propôs valores mínimos e máximos, possivelmente entre 30
403 e 50 como mínimo e até 300 como máximo, levando em conta a distribuição mais
404 equitativa dos recursos pela PNAB. Carlos destacou a importância de permitir que os
405 proponentes determinem o valor necessário para seus projetos, garantindo assim
406 uma abordagem flexível e justa durante a avaliação dos editais. **O conselheiro Pedro**
407 **Cacheados** mencionou a necessidade de reavaliar os valores mínimos e máximos
408 dos prêmios. Ele destacou que o valor de 300.000 reais poderia ser reduzido para
409 150.000 reais, permitindo uma maior diversidade de atividades contempladas. Propôs
410 a distribuição de 50% dos recursos para projetos no interior e 50% na capital, com um
411 limite máximo de dois prêmios de 300.000 reais, um para cada região. Pedro sugeriu
412 que esta abordagem permitiria comprometer 600.000 reais do valor total, facilitando
413 a aprovação pelo conselho. Expressou também o desejo de aumentar o
414 financiamento para projetos audiovisuais, apesar das discussões acaloradas sobre
415 outros setores. Enfatizou a importância de uma estratégia clara para alcançar
416 resultados mais eficazes e questionou quantos prêmios deveriam ser de 30.000,
417 50.000 e 150.000 reais para otimizar os recursos disponíveis. Além disso, levantou a
418 questão de incluir todas as linguagens artísticas num único edital ou considerar editais
419 separados. **Anne Paiva** mencionou que a ideia dele era ter dois tipos de prêmios para
420 audiovisual: um sem um valor específico definido e outro modular, conforme discutido
421 até agora. **Ana Cláudia** expressou sua preferência pela abordagem de mesclagem
422 de valores para os prêmios, similar ao modelo utilizado no caso Paulo Gustavo, que
423 incluía diferentes categorias como curtas-metragens e documentários com valores
424 específicos. Ela destacou que essa metodologia facilita uma melhor visualização de
425 quantos projetos podem ser contemplados, ao contrário de deixar os valores em
426 aberto. Argumentou que, especialmente quando se trata de valores menores, é mais
427 eficaz trabalhar com quantias definidas para garantir uma distribuição equitativa dos
428 recursos entre mais projetos e artista. Quando um único projeto recebe um valor
429 completo, como 100.000 reais, pode resultar em menos projetos beneficiados. Ela
430 explicou que ao trabalhar com valores menores e definidos, torna-se mais fácil
431 visualizar quantos artistas e empresas podem ser apoiados. Ana Cláudia enfatizou
432 que a mesclagem de valores, similar ao modelo utilizado no caso da Paulo Gustavo,
433 onde o tipo de projeto se alinha com o valor financeiro, é uma abordagem eficaz. Ela
434 sugeriu que a discussão deveria focar em estabelecer valores máximos e mínimos
435 para melhor distribuir os recursos entre a capital e o interior. **O conselheiro Pedro**
436 **Cacheado** esclareceu que seriam 500.000 reais para a capital e 500.000 reais para

437 o interior, totalizando 1 milhão de reais, e não um bilhão. Ele destacou a importância
438 de não exceder esse limite para não comprometer excessivamente o orçamento
439 disponível. **Luciane Ituassú** aproveitou para mencionar o valor máximo de 300 mil
440 reais e o mínimo de 30 mil reais, propondo uma estratégia baseada nesses números.
441 Ela fez um cálculo rápido, sugerindo que se fossem concedidos dois prêmios de 300
442 mil reais, isso totalizaria 600 mil reais. Com os 900 mil reais restantes, poderiam ser
443 contemplados 30 projetos de 30 mil reais cada. Levantou a questão se essa
444 abordagem seria interessante para todos os presentes, visando garantir um número
445 par de contemplados e destacando a importância de considerar o número de
446 proponentes envolvidos. **Anne Paiva** sugeriu considerar o repasse contínuo de
447 recursos ao discutir a distribuição dos prêmios. Ela destacou a importância de refletir
448 sobre questões como se um proponente premiado no primeiro ano poderia ser
449 elegível novamente no segundo ano, ou se aqueles que não foram contemplados em
450 um ano anterior teriam prioridade no próximo ciclo. Enfatizou que essas são
451 considerações importantes para decidir como os recursos serão alocados e
452 distribuídos de maneira justa e estratégica entre os participantes. **J. Juliano** introduziu
453 sua intervenção mencionando suas características físicas e vestimenta, e em
454 seguida, destacou a importância de considerar os artistas emergentes do audiovisual,
455 incluindo ele mesmo. Ele enfatizou que os prêmios mais altos tendem a beneficiar
456 principalmente grandes produtoras que já estão estabelecidas há muitos anos.
457 Argumentou que prêmios menores são essenciais para permitir que mais artistas,
458 especialmente os novos, tenham oportunidades de participar e prosperar no setor.
459 Ele expressou sua gratidão pela discussão focada em pensar nos novos talentos,
460 destacando que valores como 30.000 reais podem ser significativos para iniciantes
461 como ele, permitindo realizar projetos que seriam difíceis para artistas mais
462 estabelecidos. **Paulo Dessana** fez uma sugestão durante a discussão. Ele
463 mencionou que quem já ganhou um prêmio para filme na Paulo Gustavo não deveria
464 poder concorrer novamente na mesma categoria, mas poderia participar na categoria
465 de documentário. Paulo explicou que essa abordagem ajudaria a diversificar os
466 premiados e incentivar os participantes a explorar diferentes tipos de projetos. Ele
467 destacou a importância de evitar que os mesmos projetos sejam submetidos
468 repetidamente, incentivando a criação de novos conteúdos e iniciativas dentro da
469 premiação. **Antonio Carlos Jr.** expressou a opinião de que seria necessário
470 considerar a divisão dos recursos, embora não estivesse completamente certo sobre
471 essa necessidade. Ele destacou que somente o edital poderia proporcionar um
472 melhor gerenciamento dos projetos. Além disso, levantou a questão sobre se
473 deveríamos limitar o número de projetos aprovados e se deveríamos direcionar esses
474 recursos para novos realizadores ou para realizadores mais estabelecidos no
475 mercado. Enfatizou que essa questão precisava ser discutida e que era importante
476 estabelecer um limitador para tentar gerenciar de maneira mais eficaz. Ele também
477 mencionou a preocupação com a escassez de recursos disponíveis. Por outro lado,
478 divergiu um pouco da opinião de Paulo em relação aos critérios, argumentando que
479 todos precisam trabalhar e sustentar-se. Expressou a visão de que os critérios
480 precisam ser ajustados para não limitar injustamente a participação de quem
481 contribuiu em um ano, mas não em outro, considerando isso um tanto incoerente na
482 sua perspectiva. i sugerida a divisão entre novos realizadores e realizadores de
483 mercado. A questão de delimitar isso foi vista como um aspecto mais prático, embora
484 houvesse preocupações com critérios que poderiam excluir alguns participantes, o
485 que não seria condizente com um processo democrático, fundamental segundo a lei,
486 que visa incluir o máximo possível de pessoas contempladas. **O conselheiro Pedro**

487 **Cacheado** mencionou que todos estão interessados em editar separadamente. Ele
488 destacou que quando se fala em edição de múltiplas linguagens, a situação se
489 complica. Ele concordou que é necessário separar, mas expressou preocupação com
490 a gestão dessa divisão. Discutiu a questão do financiamento, mencionando que
491 mesmo um milhão e meio parece pouco, mas é o valor com o qual terão que trabalhar.
492 Ele sugeriu que o remanejamento poderia facilitar as coisas, como mover projetos
493 para dentro do mesmo edital. Explicou que se escolhessem dança, por exemplo,
494 haveria mais de um milhão e meio de projetos naquela área global. Ele destacou que
495 o remanejamento poderia ajudar a contemplar outras áreas caso houvesse projetos
496 sobrando. Pedro mencionou que o critério seria o número de inscritos e aprovados.
497 foi decidido que seria necessário abrir novamente uma escuta, conforme feito nos
498 últimos dias com base na Lei Paulo Gustavo. Foi relatado que essa escuta ocorreu
499 ontem, onde foi discutido o montante de 2.600.000, dos quais 2.000.000 foram
500 confirmados como recursos disponíveis. Durante essa reunião, foi determinado que
501 seria preferível lançar um novo edital, dividindo 50% dos recursos para projetos no
502 interior e 50% para projetos na capital. Esses recursos serão alocados em dois editais
503 distintos, cada um com suas próprias diretrizes. Esta medida foi tomada em paralelo
504 com a PNAB, visando recuperar o fôlego necessário para enfrentar os desafios atuais.
505 Foi mencionado que, semelhante à Lei Paulo Gustavo, onde 70% dos recursos eram
506 destinados ao audiovisual, haverá mais oportunidades de editais para concorrer. No
507 entanto, foi destacado que entidades com prestações de contas pendentes não
508 poderão participar desses novos editais. Anne Paiva informou que, aqueles que têm
509 projetos aprovados na Lei Paulo Gustavo não poderão participar novamente. Isso
510 ocorre porque ainda estão em fase de prestação de contas e não podem entrar
511 novamente. A regra é clara: quem foi contemplado no edital da LPG não poderá ser
512 contemplado novamente no visual, pois a legislação da LPG permite apenas uma
513 premiação por entidade ou pessoa física. Portanto, se a pessoa já recebeu apoio na
514 área audiovisual pela LPG, não poderá receber novamente, pois se trata da mesma
515 verba. **Luciane Ituassú** explicou que na Lei Paulo Gustavo, o setor audiovisual possui
516 um saldo remanescente de 2.600.000 BRL, resultante dos primeiros editais. Segundo
517 o conselheiro Pedro Prateado, este saldo está sendo discutido com a comunidade
518 para a abertura de novos editais. Esses novos editais seguirão a mesma divisão entre
519 capital e interior estabelecida pelo novo edital da Lei Paulo Gustavo. A regra é clara:
520 quem foi beneficiado nos primeiros editais não poderá ser contemplado novamente
521 neste segundo edital da LPG. Esta política se aplica aos estados; portanto, se você
522 foi contemplado em um município, isso não interfere na possibilidade de ser
523 contemplado no estado. Luciane destacou a importância de não submeter o mesmo
524 projeto para concorrer. Em relação ao edital da PNAB, ela questionou quem ainda
525 estava executando o projeto da LPG e ressaltou que aqueles que já tinham iniciado
526 a prestação de contas não teriam impedimentos para participar da PNAB, desde que
527 o prazo para prestação de contas ainda estivesse em vigor. Luciane enfatizou a
528 impossibilidade de seguir sem respeitar esse prazo determinado. Ela mencionou
529 ainda que as dúvidas foram esclarecidas online e que conseguiram fornecer
530 respostas aos participantes, acreditando se tratar do João, responsável pelo setor
531 audiovisual. Mencionou a possibilidade de direcionar os recursos remanescentes da
532 LPG para a área audiovisual, visando a formação e capacitação. Refletiu sobre a ideia
533 de concentrar os projetos da PNAB na formação, enquanto os recursos da LPG
534 seriam destinados a outros fins. Mesmo ressaltando a necessidade de não misturar
535 os recursos, apresentou a sugestão como uma forma de fomentar o setor,
536 considerando a continuidade da política e buscando impactar positivamente a classe

537 audiovisual no futuro. **Antonio Carlos** mencionou que na reunião da Manauscut
538 também estavam considerando a mesma possibilidade de direcionar recursos para o
539 estado, visando uma proposta relacionada à informação. Ele destacou a questão da
540 demanda, levantando a dúvida se todos estariam aptos a participar de projetos dessa
541 natureza, considerando a experiência e o desejo de cada um. Ponderou sobre a
542 dificuldade de estabelecer critérios claros diante da situação desafiadora de decidir
543 como lidar com os recursos disponíveis. Ele expressou preocupação com a ideia de
544 replicar propostas sem uma definição clara entre focar em formação ou produção,
545 sugerindo a necessidade de estabelecer critérios mais rigorosos nesse sentido. **O**
546 **conselheiro Pedro Cacheado** observou que o edital do município seria maior do que
547 o do estado, argumentando que a verba é praticamente a mesma, com 1.490.000 lá
548 e apenas a capital aqui, resultando em mais contemplados na capital. Ele destacou
549 que, apesar de Manaus ser uma cidade de estado onde a maioria da população
550 reside, os fazedores de cultura nos interiores também têm acesso à verba da PNAB
551 e à Lei Paulo Gustavo, embora muitos municípios ainda estejam implementando
552 essas leis. **Ana Claudia** endossou a declaração de Antônio, defendendo que não se
553 deveria delimitar radicalmente as iniciativas, mas sim oferecer tanto oportunidades de
554 produção quanto de formação na área audiovisual. Ela ressaltou a diversidade de
555 habilidades e experiências entre os profissionais, enfatizando que nem todos
556 precisam ser professores ou instrutores para contribuir no setor. Expressou a
557 importância de garantir a sobrevivência de todos os envolvidos, evitando exclusões
558 baseadas em critérios restritos de habilidades ou participações passadas. Ela
559 também abordou a necessidade de desconstruir a ideia de animosidade entre
560 diferentes gerações no meio audiovisual, destacando a importância de acolher e
561 valorizar os novos talentos e suas contribuições. Incentivou a paciência e a mostra
562 progressiva de trabalho como caminho para conseguir oportunidades na área,
563 ressaltando que a experiência e o potencial continuam relevantes independentemente
564 da idade. Por fim, encorajou os novos profissionais a se envolverem, interagirem e se
565 desenvolverem gradualmente, lembrando que todos já passaram por esse processo
566 de aprendizado e inserção na indústria do audiovisual. **O conselheiro Pedro**
567 **Cacheado** agradeceu pelo comentário anterior e acrescentou que ao discutir
568 formação, há diversas opções como oferecer oficinas locais, fazer cursos externos ou
569 até mesmo participar de intercâmbios, como ir para Cuba, onde há uma grande escola
570 de cinema. Ele ponderou se o valor de 30.000 seria suficiente para custear uma
571 viagem a Cuba, mas expressou interesse na ideia de organizar uma comitiva do
572 Amazonas para o país. **Ana Claudia** ressaltou que, ao mencionar formação, estava
573 se referindo a atividades como oficinas, workshops e seminários, e não a bolsas de
574 estudo. **O conselheiro Pedro Cacheado** sugeriu que a questão sobre se o tema será
575 livre ou não poderá ser discutida mais adiante, mas é essencial compreender se há
576 uma preferência por um estilo mais aberto ou mais direcionado. Propôs que essa
577 discussão seja levada aos fóruns apropriados, a fim de apresentar e debater as
578 possíveis abordagens antes do lançamento do edital. **Anne Paiva** destacou a
579 importância de definir claramente as vagas para bolsas, se houver interesse em
580 disponibilizá-las, pois o processo de contratação para bolsas difere do de execução
581 de projetos culturais. Ela mencionou a necessidade de celebrar um termo específico
582 para a execução de bolsas em casos como cursos e projetos de formação. Citou o
583 exemplo do edital da LPG, no qual as vagas foram especificadas para os interessados
584 em receber bolsas, e explicou que os beneficiários deveriam celebrar um termo de
585 concessão de bolsa para participar de atividades como oficinas e cursos. **J. Julian**
586 destacou que o discurso da colega era muito bonito, porém ressaltou a importância

587 de reiterar que estavam ali para discutir propostas e lutar pelo espaço dos artistas.
588 Como novo artista, ele expressou sua preocupação, mencionando que poucos
589 compareceram e alguns demonstraram pouco interesse. É necessário lutar pelo seu
590 espaço, pois cada um puxa a sardinha para o seu lado. Enfatizou que não dá para
591 ser hipócritas e que é fundamental exigir respeito e reconhecimento como novos
592 artistas, pois já testemunhou críticas severas a artistas e iniciantes em outras
593 reuniões. **Jucy** disse boa noite e perguntou se já passava das 8:00. Ela mencionou
594 que havia anotado algumas ideias que estavam sendo discutidas. Refletiu sobre a
595 diversidade de usos do audiovisual, não apenas para entretenimento, como música e
596 videoclipes, mas também para eventos ao vivo e outros formatos. Ela sugeriu a
597 abertura de um edital para projetos multilíngues, conforme mencionado por Pedro,
598 visando ampliar as oportunidades de valorização nesse campo. Expressou
599 preocupação de que delimitar demasiadamente os tipos de produções poderia
600 restringir a criatividade, citando experiências anteriores em projetos como o Talent
601 show apoiado pela Aldir Blanc, que explorou diversas formas de conteúdo
602 audiovisual, como lives e processos formativos. A proposta dela era reconsiderar a
603 possibilidade de criar um edital mais aberto, contemplando múltiplas linguagens. **O**
604 **conselheiro Pedro Cacheado** leu a pergunta da participante Jucy que estava
605 no chat: sobre os novos artistas poderá participar do edital terá que ter No mínimo 2
606 anos? O conselheiro afirmou que sim, o Cadastro Estadual de Cultura exige no
607 mínimo 2 anos de atividade para o registro. Ele destacou que essa é uma questão
608 que já vinha sendo discutida. Referindo-se ao comentário de Jucy, ele explicou que,
609 como classe, eles entendem que videoclipes e álbuns visuais são obras audiovisuais,
610 sendo que músicas são obras. Argumentou que é crucial estabelecer essa distinção
611 para incluir esses tipos de produções no escopo do audiovisual, que engloba áreas
612 como cinema, videoarte e games, e dessa forma, o videoclipe se enquadra nesse
613 contexto. expressou sua opinião de que videoclipes deveriam ser considerados como
614 parte da música. Ele argumentou que se alguém deseja produzir um vídeo ou uma
615 videodança, isso deveria ser categorizado dentro do campo da música ou da dança,
616 respectivamente. citou o exemplo de Paulo Gustavo na legislação, onde muitas
617 pessoas se inscreveram, mas não foram aceitas por entenderem que o videoclipe era
618 um produto audiovisual. Ele enfatizou que, embora possa ter elementos audiovisuais,
619 não se encaixa claramente nessa classificação. Por isso, defendeu a necessidade de
620 uma discussão para clarificar esse ponto e evitar ambiguidades. Ele sugeriu que as
621 definições precisam ser estabelecidas com clareza para evitar equívocos, como
622 decidir se videoclipes devem ser considerados como parte do audiovisual ou se
623 devem ser categorizados separadamente, como música, vídeo ou dança. E
624 então, sugeriu que o grupo deveria abordar mais profundamente as questões
625 relacionadas ao cinema, aos jogos, aos curtas-metragens, aos produtos e às novas
626 mídias, que também se inserem nas artes visuais. Ele enfatizou a necessidade de
627 estabelecer limites claros para garantir que os recursos sejam direcionados
628 exclusivamente para a classe artística. Explicou que, ao delimitar esses critérios, eles
629 poderiam manter o foco e evitar desvios do objetivo principal. Ele esclareceu que não
630 se trata de restringir de forma negativa, mas sim de definir diretrizes para que os
631 recursos sejam utilizados de maneira eficaz e beneficiem verdadeiramente a
632 comunidade artística. **Roberto** como produtor cultural e do audiovisual, argumentou
633 que videoclipes devem ser considerados como parte do campo audiovisual. Ele
634 explicou que um videoclipe envolve diversas etapas e elementos como locações,
635 cinegrafistas, roteiristas e figurinistas, que são necessários para sua produção, em
636 contraste com a música, que requer menos elementos e recursos para sua criação.

637 Roberto levantou a questão se faz sentido inscrever um videoclipe em um edital de
638 música, dado todo o processo envolvido. Ele destacou que gravar uma música não
639 necessita de locações ou de uma equipe tão extensa como um videoclipe. **Carlos**
640 compartilhou suas opiniões durante a reunião, abordando a questão dos videoclipes
641 e outras formas de expressão audiovisual, como fashion films. Ele argumentou que
642 essas produções devem ser consideradas dentro de suas próprias linguagens, não
643 necessariamente vinculadas ao currículo de um músico. Carlos sugeriu que, se um
644 artista deseja criar um videoclipe, ele deve buscar uma produtora especializada para
645 realizar o trabalho. Essa produtora seria responsável pela avaliação e pontuação do
646 projeto dentro do contexto audiovisual. Ele mencionou que essa abordagem já estava
647 sendo discutida em outras reuniões, enfatizando que o audiovisual é uma ferramenta
648 que pode ser utilizada em diversas áreas como meio de expressão. **Pedro Cacheado**
649 interveio, afirmando que não há descontos aplicados para inscrições com valores
650 abaixo de 30.000 reais. Ele destacou se já havia sido observado um esvaziamento
651 nas inscrições devido a essa faixa de valores mais baixos. **Antônio Carlos** expressou
652 a ideia de estabelecer módulos financeiros que variam de 30 a 50 mil e 100 mil, com
653 um máximo de 100 mil, considerando também a menor duração de tempo possível
654 para a produção. Ele reconheceu suas dúvidas em relação à integração dos
655 remanescentes da LPG e os novos valores destinados ao PNAB, considerando-os
656 como questões distintas, mas destacou a importância de pensar na continuidade das
657 políticas culturais, especialmente no contexto do PNAB. Ele propôs o
658 desenvolvimento de projetos de longa-metragem e outras iniciativas que possam ser
659 iniciadas no primeiro ano do PNAB e continuadas no segundo ano. Carlos mencionou
660 a possibilidade de ações durante festivais e outras atividades que possam ser
661 integradas de forma contínua e que possam ser propostas para futuras políticas
662 culturais. Ele também levantou a ideia de aprovação automática para projetos que
663 visem à continuidade, enfatizando que projetos com continuidade geram demanda e
664 garantem um calendário estável de eventos culturais. Concluiu destacando a
665 importância de explorar essas possibilidades dentro do contexto dos recursos
666 financeiros disponíveis, que serão menores no primeiro ano do PNAB. Ele mencionou
667 a faixa financeira de 30 a 100 mil como uma referência inicial, dependendo da
668 quantidade e distribuição que acreditam ser adequadas para os projetos culturais.
669 **Anne Paiva** mencionou que os recursos financeiros serão menores no próximo
670 período, embora não saibam exatamente quanto serão nos anos seguintes. Ela
671 destacou a importância de considerar esse módulo financeiro que varia de 30 mil a
672 100 mil, e depois decidir como distribuir essa quantia. Fez referência às modalidades
673 da LPG e PAAR, indicando que todos os inscritos no cadastro de reserva de
674 desenvolvimento foram contemplados. Ela observou que muitas pessoas estão
675 envolvidas na criação de roteiros, e encorajou os presentes a refletirem sobre essa
676 oportunidade. Questionou se há demanda suficiente no mercado para esses projetos,
677 considerando quantas pessoas foram beneficiadas em áreas específicas e quantas
678 não foram. Ela concluiu sugerindo que todos considerem esses pontos ao decidirem
679 se candidatar a novos projetos. **O conselheiro Pedro Cacheado** expressou sua
680 opinião durante a reunião, sugerindo um levantamento sobre o número de inscrições
681 e o déficit de participações nas diferentes alíneas do edital. Ele mencionou o longo
682 período de debates no fórum do audiovisual e enfatizou a importância de defender o
683 que é melhor para a classe do audiovisual. Argumentou que produtos como álbuns
684 visuais, embora usem recursos audiovisuais, não contribuem significativamente para
685 o fortalecimento da classe do audiovisual. Ele defendeu que os critérios da PNAB
686 devem focar em produção, formação, desenvolvimento e pesquisa que enriqueçam a

687 classe. Também destacou a crescente demanda por equipamentos devido ao
688 aumento das produções, mas reconheceu as limitações de um edital que exige
689 entrega de produtos específicos. Ele propôs a ideia de um edital específico para
690 aquisição de equipamentos, embora reconheça que isso pode não ser viável dentro
691 da PNAB. Sugeriu alternativas, como oficinas que incluam a compra de equipamentos
692 mais acessíveis, mencionando a dificuldade de adquirir equipamentos caros como
693 câmeras de cinema. Ele concluiu ressaltando a importância de encontrar um
694 consenso entre os colegas online, visando fomentar iniciativas que beneficiem o
695 futuro do setor audiovisual. **Paulo Dessana** expressou sua preocupação durante a
696 reunião sobre a possibilidade de incluir prêmios recebidos, como o de
697 desenvolvimento de roteiro, em projetos futuros. Ele questionou se poderia utilizar
698 esse prêmio para participar de festivais como o FRAPA, o maior festival de roteiro da
699 América Latina, que ocorre no Rio de Janeiro. Destacou a necessidade de
700 financiamento para cobrir os custos de participação em eventos importantes, onde
701 ele poderia apresentar seu roteiro para televisões de todo o mundo. Ele sugeriu que
702 essa inclusão de prêmios em projetos futuros fosse considerada desde já, visando
703 facilitar a participação em festivais relevantes para sua área de atuação. **O**
704 **conselheiro Pedro cacheado** achou muito interessante a fala e afirmou que deixaria
705 Anne responder. Ele destacou que o desenvolvimento nunca para e enfatizou a
706 importância da categoria da PNAB, argumentando que é crucial continuar
707 desenvolvendo. Explicou que é essencial buscar formas de captar recursos,
708 mencionando a Lei do Audiovisual e o Rouanet como exemplos. Ele mencionou
709 também a expectativa por um possível edital federal de Matching funds, onde cada
710 real investido pelo estado seria complementado pelo governo federal com dois reais.
711 Expressou otimismo quanto à possibilidade desse edital se concretizar e mencionou
712 o potencial de aproveitar essa oportunidade para ampliar os recursos disponíveis.
713 **Anne Paiva** destacou que ele está lembrando de aspectos importantes que podem
714 ser incluídos no orçamento tanto dos editais da LPG quanto da PNAB. Ela mencionou
715 a possibilidade de contratar um contador ou um social media para realizar filmagens
716 e outras ações, todas as quais podem ser integradas ao orçamento planejado.
717 Enfatizou a importância de incluir o desenvolvimento como parte central das ações
718 propostas, mencionando a possibilidade de incluir viagens para divulgação de
719 projetos em eventos relevantes. Ela sugeriu que o texto submetido seja claro e
720 compreensível tanto para os proponentes quanto para os avaliadores dos
721 projetos. **G.A.** começou sua intervenção desejando boa noite a todos os presentes e
722 expressou seu apoio às observações feitas pelo colega sobre o videoclipe. Ele
723 destacou que, apesar de ser um produto audiovisual interessante, talvez não seja o
724 mais adequado para a produtora em questão. Enfatizou que este recurso seria mais
725 bem aproveitado na música, sendo útil para os próprios artistas. Ele mencionou
726 também sua concordância com a redução de orçamentos e o apoio à implementação
727 de bolsas para formação, sugerindo destinar parte dos recursos para laboratórios
728 audiovisuais que beneficiariam artistas iniciantes. Relacionou essas ações formativas
729 ao seu trabalho educacional, observando que tais iniciativas têm o potencial de gerar
730 diversos produtos, incluindo projetos de seus próprios alunos que foram aprovados
731 em editais. Ele concluiu agradecendo a oportunidade de contribuir com essa jornada
732 compartilhada. **Jucy** recordou da intervenção anterior e pediu desculpas pela
733 interferência. Ela concordou com o ponto levantado pelo colega sobre a proposta de
734 um vídeo no campo audiovisual, sugerindo que deveria ser conduzida por alguém
735 com experiência comprovada na área. Sugeriu que produtoras de audiovisual
736 poderiam disponibilizar recursos de gravação para artistas que não possuem

737 conhecimento técnico sobre produção, visando fomentar a criação. Ela enfatizou que
738 isso poderia ser uma forma de apoio, pois traria recursos para profissionais da área,
739 sejam eles indivíduos ou empresas. Concluiu reiterando sua concordância com os
740 pontos levantados anteriormente. **Luciane Ituassú** perguntou se todos conseguiram
741 chegar a um consenso. **Paulo Dessana** respondeu que, no final das contas, a
742 finalidade principal é divulgar a música. Ele reconheceu a importância da estrutura de
743 equipe, filmagem e equipamentos, mas destacou que o objetivo final é sempre a
744 divulgação da música. **Luciane Ituassú** perguntou se o consenso foi alcançado,
745 destacando que a conversa começou com a discussão sobre valores. Ela mencionou
746 que o grupo começou a explorar diferentes tipos de projetos e objetivos, mas
747 ressaltou a necessidade de retornar ao tema dos valores para uma compreensão
748 mais aprofundada. **Ana Claudia** começou mencionando que estavam discutindo
749 valores e expressou seu desconforto com uma fala que considerou violenta vinda de
750 um homem desconhecido. Ela sentiu que a fala insinuou que ela teria sido hipócrita,
751 algo que ela negou veementemente, enfatizando que é conhecida por ser autêntica,
752 às vezes até impulsiva. Compartilhou que possui uma irmã e uma sobrinha que são
753 novos talentos, ressaltando a importância de cuidar das palavras para manter um
754 ambiente amigável na conversa. Ela finalizou reiterando que o grupo havia chegado
755 a algumas propostas de valores: 30 mil, 50 mil, 80 mil e no máximo 100 mil. **O**
756 **conselheiro Pedro cacheado** perguntou quanto de quantos irão dividir. **Ana Claudia**
757 respondeu que é preciso ter outro momento para discutir isso. **O conselheiro Pedro**
758 **cacheado** expressou uma sugestão, destacando: "Não está definitivamente
759 sacramentado, é apenas uma proposta. Por exemplo, ele sugeriu dividir 600 mil em
760 6 projetos de 100 mil cada. Ele mencionou a importância de considerar não apenas
761 Manaus, mas também destinar 3 projetos para o interior e 3 para a capital, totalizando
762 6 projetos no valor global de 1 milhão e 500 mil. Pedro prosseguiu detalhando que
763 com 20 projetos de 30 mil cada, seriam adicionados mais 600 mil, totalizando 1 milhão
764 e 200 mil. Ele então propôs que com 6 projetos de 50 mil, seriam mais 300 mil,
765 fechando em 1 milhão e 500 mil. Pedro mencionou que projetos de 100 mil não
766 estavam sendo considerados. Ele colocou essa ideia como uma sugestão,
767 ponderando sobre a possibilidade de modulação futura e a necessidade de definir
768 critérios, como a inclusão do desenvolvimento. Pedro lamentou não estar participando
769 como conselheiro neste edital e questionou se houve consenso sobre essas diretrizes
770 ou se seria melhor aguardar esse levantamento da Secretaria. **O conselheiro Pedro**
771 **Cacheado** leu o chat e comentou sobre a divulgação massiva de uma canção de um
772 álbum fonográfico, indicando que isso não se encaixa no contexto do audiovisual. Ele
773 mencionou ter gostado de 20 projetos nesse sentido e destacou que estão
774 estabelecendo um balizamento com base em três faixas de valores: 120, 6 e 6,
775 totalizando 32 projetos contemplados. Sugeriu deixar as categorias mais livres, mas
776 também discutir a possibilidade de realizar outras reuniões setoriais para decidir sobre
777 isso. Ele enfatizou a importância de aguardar o retorno sobre o número de inscrições
778 em cada categoria para ajustar as decisões conforme necessário. Pedro expressou o
779 desejo de defender. **Antônio Carlos** expressou seu desejo de defender uma
780 abordagem mais livre na modalidade do edital, respeitando claramente as demandas
781 específicas. Ele sugeriu que ao contemplar os projetos, seja considerada a inclusão
782 de categorias de desempate que também levem em conta a demanda por cada tipo
783 de produto mencionado no edital. **O conselheiro Pedro Cacheado** explicou que o
784 audiovisual como ferramenta abrange vídeos, dança e videoclipes, mas não se
785 enquadra na categoria específica em discussão. Ele destacou que os outros
786 conselheiros poderiam propor uma linha dentro de seus editais para contemplar a

787 produção de videoclipes. Enfatizou a importância de definir claramente as diretrizes
788 agora para evitar arrependimentos futuros, citando exemplos de como outras
789 categorias podem se beneficiar do fomento no audiovisual, como ocorreu com a lei
790 Paulo Gustavo. Ele expressou preocupação com a necessidade de proteger os
791 interesses do grupo a longo prazo, defendendo um enfoque mais específico para os
792 próximos cinco anos. **Ana Claudia** sugeriu a criação de 15 prêmios com distribuição
793 de valores específicos (30, 9, 56, e 100). Ela fez um cálculo detalhado, propondo que
794 metade dos prêmios seja destinada ao interior e a outra metade à capital. Claudia
795 mencionou duas sugestões principais para o formato dos prêmios, indicando uma
796 estrutura clara para a distribuição dos recursos. **O conselheiro Pedro Cacheado**
797 explicou que a proposta de Claudia com 10 prêmios nas categorias de 30, 56, e 100
798 é destinada a 50% para o interior e 50% para a capital. Ele também mencionou sua
799 própria proposta de 20 prêmios distribuídos entre 30, 6 prêmios de 50.000, e 6
800 prêmios de 10.000. Destacou que aguardará o levantamento feito por Luciane e
801 convocará uma reunião setorial para finalizar as decisões. Ele também esclareceu
802 que as linguagens que usam o audiovisual como ferramenta estão vedadas no edital,
803 como videoclipes, vídeos e filmes de moda, pois esses se enquadram em categorias
804 específicas como dança, moda e música. **Anne Paiva** indicou que poderiam ser
805 incluídos mais critérios nos editais de audiovisual, com base nas condições atuais de
806 participação exigidas pela Secretaria de Cultura e pelo Fundo Estadual de Cultura,
807 que requerem residência no estado do Amazonas. Ela levantou a questão de como
808 essa residência poderia ser comprovada, questionando se apenas um comprovante
809 de residência atual seria suficiente ou se outras formas de comprovação também
810 seriam aceitas. Esclareceu que não há pendências com a prestação de contas de
811 editais anteriores realizados pelo estado do Amazonas, desde que os prazos tenham
812 sido cumpridos. Ela mencionou que os participantes ainda precisam estar
813 cadastrados no registro atual da cultura, com a documentação devidamente
814 atualizada. Além disso, é necessário não ser servidor, colaborador, estagiário da
815 Secretaria de Cultura, membro da comissão de seleção ou conselheiro, nem estar
816 diretamente envolvido nas etapas de proposição técnica, elaboração de editais,
817 análise ou julgamento de recursos. Sugeriu a possibilidade de discutir em futuras
818 reuniões sobre a inclusão dessas condições na ficha técnica dos projetos, destacando
819 que tais restrições não estão atualmente aplicadas nesse contexto. Seria interessante
820 considerar a aplicação de critérios relacionados à ficha técnica dos projetos, como
821 verificar se os membros estão cadastrados no registro estadual da cultura. Isso
822 poderia ajudar a garantir que os recursos do estado sejam direcionados
823 principalmente para profissionais locais, dificultando a participação de pessoas que
824 não executem serviços no estado do Amazonas, mas que possam criar filiais ou
825 representações apenas para participar dos editais. Sugeriu isso para todos,
826 considerando a experiência com a concorrência anterior, com o objetivo de assegurar
827 uma utilização mais eficaz dos recursos do estado. E ainda, considerando as
828 manifestações dos participantes sobre outros proponentes de diferentes áreas
829 trabalharem no estado, está questionando quais amarrações seriam necessárias. Ela
830 sugere a exigência de uma formação específica ou a apresentação de um currículo
831 específico como critérios para participação. **Paulo Dessana** expressou uma dúvida
832 sobre a prestação de contas, perguntando quem está com projeto em andamento
833 como fica. **O conselheiro Pedro Cacheado** reiterou que, como mencionado
834 anteriormente por Anne diversas vezes, é crucial cumprir os prazos de prestação de
835 contas. Ele explicou que se alguém estiver inadimplente com a prestação de contas
836 de projetos anteriores, não poderá participar de nenhum edital da Secretaria de

837 Cultura (SEC). Pedro esclareceu que os projetos têm um prazo de dois anos para
838 execução e prestação de contas, e se alguém não cumprir esses prazos, estará
839 vedado de participar de novos editais. Leu a pergunta feita no chat, se um videocast
840 se enquadra na categoria de audiovisual e se é possível utilizar recursos para pagar
841 produtor, câmera e estúdio. Pedro explicou que um videocast relacionado ao
842 audiovisual pode ser considerado, especialmente se o projeto envolve entrevistas
843 com diretores locais e afins. Ele enfatizou a importância de enriquecer a categoria
844 com critérios que promovam a permanência dos recursos na região. Pedro defendeu
845 a ideia de analisar a ficha técnica dos projetos, propondo que pelo menos 70% dos
846 envolvidos sejam da região. Ele destacou que, embora seja interessante trazer
847 profissionais externos, como roteiristas de Hollywood para determinados projetos, é
848 crucial avaliar a viabilidade financeira e o impacto no desenvolvimento local. Pedro
849 mencionou a possibilidade de dar preferência a profissionais cadastrados no registro
850 estadual de cultura, que já possuem experiência comprovada. Ele também ressaltou
851 a necessidade de considerar novos participantes e como projetos educacionais, como
852 um laboratório de audiovisual para iniciantes, poderiam ser abordados nas
853 discussões. **Antônio Carlos** expressou sua concordância com a ideia, desde que
854 haja uma garantia de que a composição da ficha técnica, com 70% de profissionais
855 locais, seja mantida ao longo do projeto. Ele enfatizou a importância de proteger essa
856 condição para evitar que os participantes sejam substituídos posteriormente. **O**
857 **conselheiro Pedro Cacheado** mencionou que as cartas de anuência estão sendo
858 reintroduzidas e serão uma parte essencial dos processos futuros. Ele reconhece que
859 essa prática pode não ser popular, mas enfatiza a necessidade de garantir que a
860 análise do projeto seja conduzida de maneira adequada. Defende que,
861 primeiramente, a avaliação deve considerar o proponente, seu currículo e seu
862 portfólio antes de examinar as cartas de anuência. Ele acredita que as cartas de
863 anuência não deveriam contribuir para a nota final, embora sejam essenciais para
864 confirmar a composição da equipe na ficha técnica do projeto. **Anne Paiva** defendeu
865 a importância da ficha técnica, destacando casos em que pessoas foram incluídas
866 sem o conhecimento ou envolvimento real nos projetos. Ela mencionou situações em
867 que currículos foram usados sem consentimento, o que resultou em injustiças. Anne
868 enfatizou a necessidade de garantir que as informações na ficha técnica sejam
869 precisas e que todos os envolvidos tenham conhecimento e participação efetiva no
870 projeto. Explicou que estão implementando o uso de cartas de anuência para garantir
871 que qualquer pessoa, cujo currículo ou história seja, utilizada como base para a
872 avaliação tenha conhecimento disso. Caso haja a necessidade de substituir alguém
873 no projeto, estão solicitando que essa pessoa seja informada adequadamente e que
874 apresente a carta de anuência do substituto. Essa medida visa assegurar a
875 transparência no processo e evitar problemas futuros, garantindo a continuidade e o
876 comprometimento dos envolvidos no projeto. Anne reconhece que é um desafio, mas
877 acredita ser importante refletir sobre essas práticas para manter a integridade do
878 processo de seleção. Destacou que é necessário ter cinco pessoas especificamente
879 listadas na ficha técnica do projeto. Não todas as pessoas envolvidas precisam ser
880 incluídas nessa lista, apenas aquelas que serão fundamentais para melhorar a
881 avaliação do currículo do proponente. É crucial selecionar apenas os nomes das
882 pessoas que estarão diretamente envolvidas na execução das ações principais do
883 projeto e cujos currículos realmente agreguem valor à proposta. **Antônio Carlos**
884 argumentou contra a simples utilização de cartas de anuência, propondo que elas
885 sejam pontuadas de acordo com a importância das pessoas listadas na ficha técnica.
886 Ele sugeriu adotar uma política semelhante à da ANCINE para projetos audiovisuais,

887 onde a substituição de diretores ou roteiristas requer a comprovação da troca por
888 alguém com currículo igual ou superior. Carlos concordou com a necessidade da ficha
889 técnica, mas enfatizou que ela deve ser avaliada especificamente para aquelas
890 pessoas cujas contribuições são essenciais para a criatividade e execução do projeto.
891 Ele destacou que, se houver necessidade de substituição, é crucial realizar essa
892 alteração de maneira transparente e com critérios claros de qualificação. **Pedro**
893 **Cacheado** expressou sua preocupação em relação à inclusão de novos talentos em
894 editais. Ele destacou que às vezes um projeto pode ser excelente, mas possui um
895 novo talento emergente, como um roteirista promissor que ainda não possui um
896 extenso currículo com 10 filmes. Pedro considera essa uma limitação severa, pois
897 pode barrar novos talentos que não têm um portfólio extenso. Ele enfatizou a
898 necessidade de encontrar uma solução para não exigir apenas o currículo na ficha
899 técnica, permitindo assim que novos talentos sejam reconhecidos e incluídos em
900 projetos de forma justa. **Anne Paiva** propôs uma solução prática para simplificar o
901 processo de apresentação de documentos nos editais. Ela sugeriu que, se a pessoa
902 estiver cadastrada no sistema estadual de cultura, não seja necessário enviar o
903 documento físico, mas sim fornecer um link para o cadastro e o número de
904 identificação. Isso permitiria que os avaliadores verificassem diretamente no sistema se
905 a informação é válida, facilitando tanto para os proponentes, que não precisariam
906 enviar múltiplas cópias de documentos, quanto para os avaliadores, que teriam
907 acesso imediato à verificação dos dados. **Ana Claudia** expressou sua opinião sobre
908 a questão da ficha técnica durante a reunião. Ela destacou que não vê problemas em
909 exigir a apresentação das pessoas que vão trabalhar no projeto, incluindo apenas a
910 equipe principal. Explicou que normalmente ela lista apenas os membros principais
911 da equipe, resumindo seus currículos e detalhando as pessoas que estão
912 comprometidas com o projeto, já acertando os detalhes do orçamento. Para essas
913 pessoas, ela considera a carta de anuência como algo natural e necessário, pois são
914 aquelas que realmente farão parte do desenvolvimento do projeto. Ela enfatizou a
915 importância de garantir que as pessoas listadas na ficha técnica permaneçam no
916 projeto, a menos que optem por sair. Mencionou que já ocorreram situações em que
917 pessoas foram incluídas na ficha técnica sem consentimento ou sem a intenção real
918 de participar do projeto, o que considera injusto e comprometedor para a avaliação
919 do projeto como um todo. Além disso, abordou a questão da residência no estado do
920 Amazonas, sugerindo que além do comprovante de residência, seja verificado no
921 portfólio se as atividades do proponente são continuadas e predominantemente
922 desenvolvidas no estado. Ela citou exemplos passados em que editais eram abertos
923 nacionalmente, permitindo que proponentes de outros estados ganhassem e
924 desenvolvessem projetos temporários no Amazonas, enfatizando a importância de
925 verificar se as ações no portfólio caracterizam um envolvimento contínuo com a
926 cultura local. Por fim, mencionou a necessidade de revisar detalhadamente as
927 informações fornecidas pelos proponentes, como endereço e tipo de empresa
928 registrada, para evitar equívocos e garantir que os critérios do edital sejam cumpridos
929 corretamente. **O conselheiro Pedro Cacheado** esclareceu durante a discussão que
930 o local de registro da empresa não deve ser o único critério para determinar a validade
931 da residência no interior do estado do Amazonas para fins de participação em editais.
932 Ele destacou que, mesmo que uma empresa esteja registrada na capital, ela pode
933 operar e desenvolver atividades no interior, capacitando e beneficiando diretamente
934 a comunidade local. Enfatizou que o foco principal deve ser o impacto e a presença
935 efetiva das ações do projeto no interior, independentemente do local de registro da
936 empresa no estado do Amazonas. **Ana Claudia** mencionou durante a reunião que

937 algumas pessoas podem tentar burlar os requisitos de residência apresentando
938 documentos como comprovantes de residência ou contratos de locação adiantados,
939 mas na verdade não residem efetivamente no estado do Amazonas. Ela destacou a
940 questão de pessoas que se autodeclararam nômades ou que estão constantemente
941 viajando pelo mundo, o que pode levantar dúvidas sobre sua residência efetiva na
942 região durante o período necessário para participação em editais ou concursos
943 específicos da área cultural. **Ana Claudia** levantou vários pontos durante a reunião.
944 Ela questionou se um projeto realizado no interior do estado seria permitido, buscando
945 esclarecimentos sobre essa possibilidade. Ana também destacou a importância de
946 verificar se artistas ou empresas têm trabalhos consistentes que demonstrem sua
947 presença contínua no estado do Amazonas. Além disso, ela mencionou casos de
948 artistas amazonenses que estão temporariamente fora do estado para se qualificar
949 academicamente, sugerindo que esses casos poderiam ser considerados na
950 atualização do cadastro, desde que documentados de maneira adequada. Enfatizou
951 a necessidade de estabelecer limites claros para casos em que a ausência do estado
952 seja prolongada, impedindo que essa situação seja interpretada como residência
953 efetiva no Amazonas. **O conselheiro Pedro Cacheado** argumentou enfaticamente
954 contra a limitação das escolhas profissionais, enfatizando que essa é uma decisão
955 individual que deve ser respeitada. Ele destacou que os critérios para seleção devem
956 ser competentes e considerar a vontade dos produtores, não sendo papel do edital
957 interferir nessa liberdade. Pedro expressou a necessidade de fomentar os
958 profissionais locais e a indústria regional, sugerindo que a alocação de recursos com
959 uma porcentagem significativa para profissionais locais poderia fortalecer o cenário
960 cultural e econômico da região. Ele levantou a preocupação com a colonização
961 cultural que ocorre frequentemente em editais, onde projetos são elaborados por
962 profissionais de fora da região, muitas vezes do eixo Rio-São Paulo, enquanto os
963 locais são apenas executoras das ideias concebidas externamente. Enfatizou a
964 importância de respeitar as leis federais que permitem a participação de profissionais
965 de outras localidades, mas defendeu que isso não deve dominar repetidamente os
966 recursos e oportunidades disponíveis localmente. Destacou que a prática atual de
967 priorizar profissionais de fora em detrimento dos locais resulta em uma falta de
968 formação e oportunidades para os residentes da região. Ele destacou que essa
969 abordagem não contribui para o crescimento do cenário local, não proporciona ganho
970 de experiência nem gera receita tributária na região. Propôs que seja estabelecida
971 uma porcentagem mínima de participação de profissionais locais em cada projeto,
972 como uma forma de equilibrar as oportunidades e garantir que os recursos públicos
973 sejam utilizados de maneira eficaz e justa. Ele também mencionou que várias
974 pessoas foram desclassificadas devido a problemas com cartas de anuência em
975 editais passados, ressaltando a importância de um trabalho diligente na redação de
976 projetos financiados por dinheiro público. Enfatizou a necessidade de garantir a
977 adequação dos profissionais envolvidos, assegurando que todas as informações e
978 documentos sejam claros e precisos durante o processo de seleção. Expressou
979 preocupação com os desafios relacionados à carta de anuência e à ficha técnica nos
980 projetos. Ele destacou que o processo de atribuição de notas torna-se complicado
981 quando todos os profissionais listados na ficha técnica precisam ter suas cartas de
982 anuência assinadas. Isso cria diversos problemas operacionais e de gestão,
983 especialmente em situações de substituição de profissionais ao longo do projeto. Ele
984 ilustrou cenários nos quais profissionais podem deixar os projetos por motivos
985 diversos, como oportunidades melhores ou conflitos de agenda, exigindo
986 substituições rápidas. Essas mudanças não são sempre previsíveis e quadradas, ou

987 seja, não seguem um padrão fixo. Pedro mencionou a importância de manter a
988 continuidade e qualidade do trabalho ao substituir um membro da equipe, buscando
989 sempre indicar profissionais igualmente qualificados. Também levantou a questão da
990 concentração de demanda em poucos profissionais especializados, como os de som
991 direto. Ele enfatizou a necessidade de diversificar a busca por talentos, identificando
992 pessoas com habilidades complementares que possam contribuir para os projetos
993 audiovisuais. Isso não apenas amplia o pool de profissionais disponíveis, mas
994 também promove novas oportunidades de renda e desenvolvimento na área. **Anne**
995 **Paiva** destacou a importância de ampliar o número de profissionais qualificados em
996 diversas áreas do audiovisual. Ela enfatizou que é essencial refletir sobre quais são
997 as especializações dentro desse campo que ainda carecem de profissionais
998 qualificados. Para abordar essa questão, Anne sugeriu que seja considerada a
999 reserva de vagas específicas para cursos que possam formar novos talentos nessas
1000 áreas carentes. A proposta visa não apenas suprir a demanda atual por profissionais
1001 especializados, mas também promover o crescimento e a diversificação do setor
1002 audiovisual. Ao reservar vagas em cursos voltados para essas especializações, é
1003 possível incentivar o desenvolvimento de novos talentos e garantir que haja uma base
1004 sólida de profissionais preparados para atender às necessidades do mercado
1005 audiovisual. **Paulo Dessana** destacou a importância de uma comunicação
1006 transparente e eficaz durante o processo de avaliação de projetos. Ele compartilhou
1007 uma experiência pessoal em que participou de um projeto, assinou a carta de
1008 anuência, mas posteriormente descobriu que foi removido do projeto sem receber um
1009 comunicado formal. Paulo enfatizou que essa situação evidencia a necessidade de
1010 melhorar os processos de comunicação entre os proponentes e os avaliadores dos
1011 projetos. Ele ressaltou que essas questões complexas precisam ser discutidas e
1012 resolvidas para que haja um avanço no sistema de avaliação e execução de projetos.
1013 **Anne Paiva** expressou sua preocupação com a inclusão de talentos iniciantes que
1014 ainda não possuem um currículo consolidado ou portfólio extenso. Ela mencionou a
1015 dificuldade em comprovar o talento desses profissionais que estão começando e que
1016 não possuem documentos formais ou registros profissionais estabelecidos, como
1017 portfólios robustos. Ela questionou como seria possível evidenciar o potencial desses
1018 talentos emergentes, que podem estar atuando localmente em projetos informais ou
1019 iniciativas comunitárias, mas ainda não têm uma presença documentada ou
1020 reconhecida no mercado formal. Anne destacou que, muitas vezes, esses
1021 profissionais podem não ter um portfólio tradicional, apenas publicações limitadas em
1022 suas redes sociais pessoais. disse que talvez esses talentos não precisem ser
1023 incluídos necessariamente na ficha técnica do projeto. Ela propôs a ideia de simular
1024 como seria o portfólio ou currículo desses profissionais em potencial. Isso poderia
1025 envolver um processo de desenvolvimento futuro de portfólio, sem a necessidade
1026 imediata de comprovação extensa para participar do projeto. **O conselheiro Pedro**
1027 **Cacheado** sugeriu reservar um espaço na justificativa do projeto para abordar a
1028 inclusão de novos talentos emergentes. Ele enfatizou a importância de explicar
1029 claramente durante a avaliação do projeto o motivo pelo qual esses profissionais não
1030 estão formalmente cadastrados ou não possuem um currículo extenso. Propôs que o
1031 projeto destaque que se trata de novos talentos que estão iniciando suas carreiras,
1032 talvez provenientes de bairros periféricos ou de contextos diversos. **J. Julian**
1033 expressou a necessidade de ter um portfólio consistente para novos talentos
1034 emergentes, enfatizando que não basta apenas a prática sem a devida preparação
1035 técnica. Ele argumentou que para se candidatar a oportunidades no campo
1036 audiovisual, é crucial que esses novos talentos tenham realizado alguns cursos ou

1037 oficinas que lhes proporcionem as habilidades técnicas necessárias. Destacou que
1038 ele próprio realizou sete cursos e oficinas rápidas para aprender a fazer seu primeiro
1039 filme, o que considera fundamental para adquirir competência em áreas como roteiro,
1040 direção, produção e produção de arte. Ele defendeu a ideia de que novos proponentes
1041 devem demonstrar um mínimo de preparação técnica para serem considerados,
1042 mesmo que não tenham um portfólio robusto inicialmente. Para ele, isso implica que
1043 os candidatos devem ter realizado algum tipo de formação técnica ou demonstrado
1044 um esforço significativo na prática e aprendizado das habilidades necessárias para
1045 contribuir efetivamente em projetos audiovisuais. **Anne Paiva** mencionou a
1046 necessidade de refletir sobre os avaliadores nos processos de avaliação dos editais.
1047 Ela destacou que houve questionamentos quanto à preferência por avaliadores do
1048 estado versus não do estado. Anne informou que haverá um novo credenciamento de
1049 avaliadores e responsáveis pela identificação, diferenciando aqueles dos editais
1050 anteriores da LPG. Essa renovação visa fortalecer o processo de avaliação. Outro
1051 ponto levantado foi a questão da clareza nas avaliações realizadas anteriormente.
1052 Houve feedback de que algumas avaliações não explicavam claramente os critérios
1053 usados para atribuir notas aos projetos. Como resposta a isso, mencionou um novo
1054 modelo em desenvolvimento, que incluirá uma pequena explicação sobre o
1055 significado de cada nota atribuída, além de um espaço para os avaliadores
1056 justificarem suas decisões de maneira mais detalhada. Ela enfatizou que, embora já
1057 houvesse um espaço para justificativas dos avaliadores nas notas anteriores,
1058 algumas vezes essas justificativas não foram suficientemente detalhadas. O novo
1059 modelo visa corrigir isso, possibilitando que os avaliadores forneçam explicações
1060 mais claras e detalhadas para todas as notas atribuídas. Lembrou que nos editais da
1061 Secretaria de Cultura, as notas atribuídas aos projetos estavam disponíveis para
1062 consulta, com a opção de recurso disponível aos proponentes. Ela convidou os
1063 presentes a se manifestarem em relação aos avaliadores e ao processo de avaliação
1064 proposto. **Ana Claudia** disse que é fundamental estabelecer critérios bem definidos
1065 para a avaliação de portfólios em editais culturais. Ela destaca a importância de
1066 considerar a experiência prévia dos proponentes e o valor do projeto proposto. Para
1067 Ana Claudia, é crucial avaliar o tempo de atuação, o número de produções realizadas
1068 e a experiência específica na área do projeto. Além disso, a capacidade técnica dos
1069 proponentes deve ser cuidadosamente analisada para garantir que possuem as
1070 habilidades necessárias. Ela também ressalta a importância da "esperteza" na área,
1071 demonstrando um entendimento profundo dos desafios envolvidos. Enfatiza a
1072 necessidade de avaliar o potencial impacto do projeto na comunidade ou cidade onde
1073 será realizado, considerando benefícios culturais, educacionais, econômicos, entre
1074 outros. Por fim, ela destaca a importância da transparência e clareza nos critérios de
1075 avaliação, assegurando que os proponentes compreendam como serão avaliados e
1076 possam se preparar adequadamente. Quanto à questão dos avaliadores, expressa a
1077 opinião de que os avaliadores não devem ser exclusivamente do Amazonas. Ela
1078 sugere que os avaliadores possam ser da região norte ou de outros estados,
1079 argumentando que isso poderia proporcionar uma avaliação mais imparcial e objetiva,
1080 sem conflitos de interesse locais. Ela menciona que, em sua experiência, houve casos
1081 na prefeitura em que os curadores dos avaliadores também atuaram como
1082 avaliadores, o que ela vê como uma prática que deve ser reconsiderada. Defende
1083 que os conselheiros de cultura devem ter um papel independente, focados em
1084 fiscalizar, supervisionar e promover a transparência nos processos de avaliação e
1085 gestão de projetos culturais. Ela destaca a importância de reconhecer o trabalho dos
1086 conselheiros e de assegurar que os recursos públicos sejam geridos com

1087 responsabilidade e eficiência. As fontes de renda dos conselheiros que não são
1088 cobertas pela ajuda de custo recebida pelo estado, como na prefeitura, são um ponto
1089 de preocupação para Ana Claudia. Ela menciona que os conselheiros da prefeitura
1090 recebem cerca de 3000 mensais de pró-labore, enquanto os conselheiros do estado
1091 recebem entre 60 e 600 BRL de gratificação. Critica a falta de recursos adequados
1092 para cobrir despesas básicas dos conselheiros, como transporte e alimentação, com
1093 esses valores. Ela propõe que seja incluído um pró-labore dentro dos 5% destinados
1094 à taxa de administração para os conselheiros, reconhecendo o trabalho árduo que
1095 eles realizam. Enfatiza a necessidade de garantir que os conselheiros possam
1096 desempenhar suas funções de forma justa e eficaz, sem comprometer sua integridade
1097 pessoal e financeira. **O conselheiro Pedro Cacheado** expressou sua preocupação
1098 com a diversidade e o conhecimento dos avaliadores no processo de seleção de
1099 projetos. Ele destacou a importância de incluir pessoas de fora da região, que possam
1100 oferecer uma perspectiva imparcial e desconhecida das dinâmicas locais. Pedro
1101 sugeriu que esses avaliadores externos não participassem diretamente da avaliação
1102 dos projetos, mas sim fornecessem orientação e apoio durante o processo,
1103 especialmente em casos onde houvesse dúvidas sobre os portfólios ou a relevância
1104 dos proponentes. Ele argumentou que o atual mercado de avaliadores está saturado
1105 e que muitos profissionais estão sobrecarregados com um grande volume de projetos
1106 para avaliação, resultando em uma capacidade limitada para uma análise detalhada
1107 e criteriosa. Pedro propôs que, após a seleção dos avaliadores, fosse realizado um
1108 treinamento específico, talvez um curso online, focado no contexto amazônico e nos
1109 critérios de avaliação relevantes para os projetos em questão. Além disso, mencionou
1110 uma proposta anterior de descartar a menor das três notas atribuídas aos projetos,
1111 visando evitar desperdício de recursos financeiros em avaliações que não agregam
1112 valor significativo ao processo decisório. **Antônio Carlos** expressou preocupação
1113 com a garantia da qualidade das avaliações, especialmente ao incluir avaliadores de
1114 fora da região. Ele citou um exemplo anterior onde uma avaliadora, identificada pelo
1115 texto de sua avaliação, consistentemente atribuía notas baixas, mesmo quando as
1116 análises de outros avaliadores eram coerentes e favoráveis. Enfatizou que apenas
1117 incluir avaliadores externos não necessariamente garante qualidade nas avaliações,
1118 se não houver critérios rigorosos para assegurar a competência e imparcialidade dos
1119 avaliadores. Ele levantou a questão sobre quais critérios seriam implementados para
1120 proteger a qualidade das avaliações e evitar problemas como o descrito, onde
1121 avaliadores não competentes possam influenciar negativamente as notas atribuídas
1122 aos projetos. Questionou se haveria medidas para garantir a coerência e justiça nas
1123 avaliações, destacando a importância de critérios claros e objetivos que não permitam
1124 que avaliadores menos qualificados ou imparciais afetem negativamente os
1125 resultados. Ele sugeriu que simplesmente aumentar ou diminuir notas não resolve o
1126 problema se não houver garantias de que as avaliações sejam fundamentadas e
1127 consistentes. **O conselheiro Pedro Cacheado** mencionou que pela equipe de
1128 políticas culturais já está estabelecido que os avaliadores devem justificar cada nota
1129 atribuída, especialmente quando a nota é baixa. Ele enfatizou que esse processo visa
1130 aumentar a transparência e já foi implementado e observado. **Thiago Hermido**
1131 levantou a questão sobre como garantir que as avaliações sejam mais precisas,
1132 mencionando um problema discutido por Pedro sobre o ocorrido em outros estados
1133 na semana passada, conforme relatado pelo secretário em Brasília. Esse problema
1134 foi reconhecido por secretários de outros estados, indicando que o problema de cópia
1135 e cola de avaliações inadequadas ocorreu em muitos lugares. Na Secretaria,
1136 profissionais foram descredenciados devido a práticas inadequadas, e destacou que,

1137 por meio da nova política de avaliação, um profissional diferente será responsável
1138 pela avaliação para evitar o mesmo tipo de erro. Isso permitirá uma avaliação mais
1139 precisa e assertiva, diferenciando entre uma avaliação justificada com nota baixa e
1140 uma avaliação inadequada. Explicou que quando um avaliador atribuir a nota 2,
1141 haverá uma indicação específica que será compartilhada na consulta pública,
1142 permitindo que todos revisem e possam questionar se o conteúdo justificativo é
1143 apropriado para a nota dada. Ele enfatizou que isso não é uma garantia absoluta, pois
1144 a avaliação é sempre subjetiva e influenciada pela ideologia e pelo entendimento
1145 individual do que é bom ou ruim. Disse que talvez seja necessário mais
1146 amadurecimento nas diretrizes da PNAB ao longo dos anos para melhorar esse
1147 processo. Secretários também sugeriram a criação de uma espécie de sindicato ou
1148 órgão que possa conferir mais credibilidade aos profissionais que participam dessas
1149 avaliações. Ele mencionou que, historicamente, os pareceres da ANCINE e da Lei
1150 Rouanet têm sido pontos de referência por já terem amadurecido ao longo do tempo.
1151 Ele acredita que no início também deve ter sido extremamente complicado, então
1152 essa é uma proposta que pode ser considerada. Será avaliado se é viável ou não na
1153 prática. Ele entende que talvez os proponentes irão questionar se o avaliador deu
1154 uma nota baixa em ficha técnica e não está correta. Isso pode indicar um erro de
1155 cadastro ou uma avaliação inadequada. Esse cenário oferece um direcionamento
1156 sobre o que aconteceu com o projeto para que se possa recorrer de forma assertiva.
1157 Ainda existe a possibilidade de ser mais preciso ao questionar se o avaliador cometeu
1158 um equívoco na avaliação. Nesse caso, o recurso pode ser deferido e outra pessoa
1159 pode ser designada para reavaliar. Ele acredita que é um processo pelo qual será
1160 necessário passar para aprimorar o sistema de avaliação. Não há como fugir desse
1161 processo. É relevante ter esse embasamento, uma opinião já mencionada
1162 anteriormente. abordará o assunto. Sempre que houver convocações para consultas
1163 setoriais do audiovisual, é crucial participar. Construir a estrutura é a parte difícil,
1164 ajustar depois é mais fácil. Portanto, é fundamental coletar o máximo de opiniões
1165 possível para entregarmos uma política pública assertiva. **Anne Paiva** finalizou a
1166 reunião, destacando a disponibilidade do funcionário em aberto, acessível tanto pelo
1167 Instagram quanto presencialmente. Ela incentivou os participantes a utilizar o QR
1168 Code para acessar o questionário, que ajudará a guiar o processo. Informou que
1169 quem já participou da primeira rodada de escutas não precisa repetir, a menos que
1170 queiram mudar suas opiniões. Ela agradeceu a participação de todos e encorajou
1171 mais pessoas a contribuírem respondendo ao questionário. Concluiu o encontro
1172 sugerindo uma foto em grupo para os presentes e orientou os interessados a
1173 enviarem um e-mail para SPC@cultura. Assim, sem mais manifesto, foi encerrada 9ª
1174 reunião de escutas da sociedade civil.

Esta ata, após lida com os presentes, vai assinada por mim e por todos.